

Reunião de Câmara
16.06.2016
Presidente da Câmara

Ch
F
J
u f u e h
2016

Prestação de Contas Consolidadas 2025



R.E. - 18/06/2016

Fei deliberado, por maioria e em minuta, com os votos fei vereiuns do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, e com 2 abstenções da Senhora Vereadeira do Grupo de Cidadãos Eleitos "Pela Nossa Terra" e do Senhor Vereador da AD - Coligação PSD/PSD, aprovar os documentos de consolidação de contas referentes ao exercício de 2025 nos termos da al. 2), do n.º 1 do art. 33.º de Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 2 do art. 76.º da Lei n.º 75/2013, de 3 de setembro, pmbos os diplomas na sua gíral net.

Mais fei deliberado submeter os documentos à apreciação e votação da Assembleia Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL
VINHAÍS

Jef.



CÂMARA MUNICIPAL
VINHAIS



Resíduos do
Nordeste

[Handwritten signature and date]
13/09/2025

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1.1 - Introdução

O presente relatório dá cumprimento ao disposto no artigo 75.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o qual determina que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Mais se determina no RFALEI, que as entidades mãe ou consolidantes são o município, as entidades intermunicipais e a entidade associativa municipal, pelo que o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Nos termos deste regime os documentos de Prestação de Contas Consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações:

- a) Balanço Consolidado,
- b) Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
- c) Mapas dos Fluxos de Caixa consolidados de operações orçamentais;
- d) Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo.

Neste âmbito importa esclarecer que em matéria de consolidação de contas o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, pelo que na vigência do SNC-AP, a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades segue o prescrito na NCP 22 — Demonstrações Financeiras Consolidadas.



CÂMARA MUNICIPAL
VINHAÍS



Salienta-se que a NCP 1- Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, no seu parágrafo 14, caracteriza que um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais ou consolidadas compreende:

- a) Um balanço;
- b) Uma demonstração dos resultados por natureza;
- c) Uma demonstração das alterações no património líquido;
- d) Uma demonstração de fluxos de caixa; e
- e) Anexo às demonstrações financeiras (notas compreendendo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas).

Ainda no âmbito da consolidação a NCP 26 — Contabilidade e Relato Orçamental, determina que o objetivo desta Norma é o de regular a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidades gerais (individuais, separadas e consolidadas), componentes principais do relato orçamental de uma entidade pública ou de um perímetro de consolidação, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades. Os mapas da consolidação orçamental são:

- a) Demonstração consolidada de desempenho orçamental, e
- b) Demonstração consolidada de direitos e obrigações.

Chegados aqui podemos, conforme a natureza das entidades, ter dois perímetros de consolidação, o perímetro de consolidação orçamental e o perímetro de consolidação financeiro, conforme resposta esclarecido pela Comissão de Normalização Contabilística que pode ser consultada em http://www.cnc.min-financas.pt/faqs_publico.html e que abaixo se transcreve:

» Pergunta 18: *Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26) e de natureza financeira (NCP22)*

As entidades incluídas no perímetro de consolidação orçamental podem ser diferentes das que constam do perímetro de consolidação financeira, dado que o perímetro de consolidação da NCP26 — Contabilidade e Relato Orçamental é mais restrito do que o da NCP22 — Demonstrações Financeiras Consolidadas pois está limitado às entidades reclassificadas pelo INE? São neste caso apresentadas duas prestações de contas consolidadas diferentes?

Resposta:

"As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras terão de facto perímetros diferentes. Não obstante não se tratará de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada. Assim sendo, aquando da apresentação da prestação de contas

consolidadas os Municípios, por exemplo, apresentarão os mapas orçamentais com o perímetro orçamental e os mapas financeiros com o perímetro de controlo. (Aprovada pelo CNCP em 07 de novembro de 2017).»

Com a consolidação de contas pretende-se conhecer a sua verdadeira situação económico-financeira e avaliar, de forma integrada, o conjunto de atividades desenvolvidas pelo grupo autárquico.

1.2 - Perímetro de consolidação.

Nos termos do n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, "Devem ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrarem o sector empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do Município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal."

Desta forma o grupo autárquico é composto pelo Município de Vinhais, sendo este a entidade consolidante/entidade-mãe, pela empresa Municipal Proruris, E.M, como entidade controlada, pela empresa Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes E.M. SA. e pela empresa Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

Assim o grupo autárquico e o perímetro de consolidação é constituído conforme exposto no quadro seguinte:

Entidades Grupo Autárquico				
Designação da Entidade	Tipo de Entidade	NIPC	Capital Social	Participação
Município de Vinhais	Entidade consolidante	501156003		
Proruris - Emp. Muni. Des. Rural	E.M. (Entidade consolidada)	507643720	50.000,00 €	100%
Carnes de Vinhais	E.M. SA (Entidade consolidada)	504168363	50.000,00 €	100%
Resíduos do Nordeste	E.I.M. SA (Entidade consolidada)	505542331	2.966,00 €	5,93%

1.3 - Atividades do grupo em matérias que estão diretamente ligadas à atividade autárquica

▪ Proruris E.M.

Os objetivos principais da empresa municipal são a oferta de serviços de consultadoria no domínio rural, criação de estruturas de apoio ao desenvolvimento rural, organização de cursos de formação profissional, promoção de eventos e apoio veterinário, destaca-se a gestão e operacionalização do Parque Biológico, pertença do Município de Vinhais, o qual lhe foi confiado exatamente para esse fim.

Resulta que da agregação das atividades municipais, não existe uma sobreposição de atividades individuais da mesma natureza, que estejam ligadas à atividade autárquica.

Handwritten signatures and initials in the top left corner.



CÂMARA MUNICIPAL
VINHAIS



Resíduos do
Nordeste

▪ Carnes de Vinhais – E.M. S.A

A empresa Carnes de Vinhais – E.M. S.A. tem como principal objetivo o abate e transformação de carnes, não existindo também neste caso qualquer sobreposição de atividades individuais da mesma natureza, que estejam ligadas à atividade autárquica

▪ Resíduos do Nordeste, EIM, S.A

Quanto à Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., durante o ano de 2025, prosseguiu a consolidação do Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos Urbanos do Nordeste Transmontano, nomeadamente através do tratamento e valorização dos resíduos provenientes dos municípios que a integram.

1.4 - Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

Não ocorreram factos relevantes após o encerramento do exercício que distorçam a imagem verdadeira e apropriada que consta nas demonstrações financeiras.

1.5 - Disposição Final

De acordo com o artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, venho submeter à aprovação pela Digníssima Câmara Municipal, para serem apreciados pelo órgão Deliberativo, o Relatório de Gestão Consolidado referente ao ano de 2025, e as seguintes demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas, previstas no n.º 6 do artigo 75.º do mesmo diploma legal e nas NCP 1 e 26 do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro:

- Balanço Consolidado;
- Demonstração consolidada de resultados por natureza,
- Demonstração consolidada das alterações no património Líquido,
- Demonstração consolidada dos fluxos de caixa,
- Anexo às demonstrações financeiras, que inclui, o mapa dos saldos e fluxos entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação, o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo,
- Demonstração consolidada de desempenho orçamental, e
- Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

Vinhais, 09 de junho de 2026

O Presidente da Câmara Municipal de Vinhais

Handwritten signature of Luís dos Santos Fernandes, Dr.

(Luís dos Santos Fernandes, Dr.)



CÂMARA MUNICIPAL
VINHAIS



Resíduos do
Nordeste

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]
De Freitas

Demonstrações Orçamentais Consolidadas

Handwritten signatures and marks in the top left corner, including a blue signature, a checkmark, and the word "breathe".

Autograph

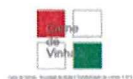
Autenticado
832050

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Ano 2025

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2024
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
RA01	Saldo de gerência anterior	342 559,99 €		4 794 454,38 €		440 815,38 €	5 577 829,75 €	3 680 963,04 €
RI01	Operações orçamentais [1]	342 559,99 €		4 794 454,38 €			5 137 014,37 €	3 211 417,75 €
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais							
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades							
RI03	Operações de tesouraria [A]					440 815,38 €	440 815,38 €	469 545,29 €
RA02	Receita corrente	15 448 177,63 €		2 344,98 €			15 450 522,61 €	14 516 345,88 €
R1	Receita fiscal	810 311,10 €					810 311,10 €	726 033,59 €
R1.1	Impostos diretos	810 311,10 €					810 311,10 €	726 033,59 €
R1.2	Impostos indiretos							
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	109 445,92 €					109 445,92 €	95 297,03 €
R4	Rendimentos de propriedade	465 046,91 €					465 046,91 €	358 893,03 €
R5	Transferências e subsídios correntes	13 308 172,40 €		2 344,98 €			13 310 517,38 €	12 611 874,05 €
R5.1	Transferências correntes	13 308 172,40 €		2 344,98 €			13 310 517,38 €	12 611 874,05 €
R5.1.1	Administrações Públicas	13 308 172,40 €		2 344,98 €			13 310 517,38 €	12 611 874,05 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	13 193 782,97 €					13 193 782,97 €	12 324 107,57 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	102 539,91 €		2 344,98 €			104 884,89 €	275 916,96 €
R5.1.1.3	Segurança Social	11 849,52 €					11 849,52 €	11 849,52 €
R5.1.1.4	Administração Regional							
R5.1.1.5	Administração Local							
R5.1.2	Exterior - U E							
R5.1.3	Outras							
R5.2	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços	620 265,59 €					620 265,59 €	584 162,27 €
R7	Outras receitas correntes	134 935,71 €					134 935,71 €	140 085,91 €
RA03	Receita de capital	3 184 272,15 €		995 783,06 €			4 180 055,21 €	3 604 393,04 €
R8	Venda de bens de investimento	32 462,15 €					32 462,15 €	2 378,75 €
R9	Transferências e subsídios de capital	3 151 810,00 €		995 783,06 €			4 147 593,06 €	3 580 992,36 €
R9.1	Transferências de capital	3 151 810,00 €		995 783,06 €			4 147 593,06 €	3 580 992,36 €
R9.1.1	Administrações Públicas	3 151 810,00 €		995 783,06 €			4 147 593,06 €	3 580 992,36 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	3 151 810,00 €		995 783,06 €			4 147 593,06 €	3 580 992,36 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R9.1.1.3	Segurança Social							
R9.1.1.4	Administração Regional							
R9.1.1.5	Administração Local							
R9.1.2	Exterior - U E							
R9.1.3	Outras							
R9.2	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital							21 021,93 €
RA04	Receita efetiva [2]	18 690 277,42 €		998 128,04 €			19 688 405,46 €	18 126 220,57 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	57 827,64 €					57 827,64 €	5 481,65 €
RA05	Receita não efetiva [3]							
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros							
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	19 032 837,41 €		5 792 582,42 €			24 825 419,83 €	21 337 638,32 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]					178 835,46 €	178 835,46 €	40 084,76 €

Handwritten signatures and initials at the top left of the page.



DA01	Despesa corrente	14 394 051,62 €				14 394 051,62 €	13 419 368,56 €
D1	Despesas com o pessoal	5 738 237,51 €				5 738 237,51 €	5 454 684,28 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	4 566 624,66 €				4 566 624,66 €	4 287 776,99 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	116 402,03 €				116 402,03 €	119 139,61 €
D1.3	Segurança social	1 055 210,82 €				1 055 210,82 €	1 047 767,68 €
D2	Aquisição de bens e serviços	5 428 752,99 €				5 428 752,99 €	4 729 207,38 €
D3	Juros e outros encargos	39 994,37 €				39 994,37 €	111 471,99 €
D4	Transferências e subsídios correntes	3 150 918,67 €				3 150 918,67 €	3 071 120,15 €
D4.1	Transferências correntes	2 519 465,90 €				2 519 465,90 €	2 629 012,84 €
D4.1.1	Administrações Públicas	1 371 172,24 €				1 371 172,24 €	1 504 938,70 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	127 423,35 €				127 423,35 €	116 964,25 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades						
D4.1.1.3	Segurança Social						
D4.1.1.4	Administração Regional						
D4.1.1.5	Administração Local	1 243 748,89 €				1 243 748,89 €	1 387 974,45 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	601 349,98 €				601 349,98 €	667 596,99 €
D4.1.3	Famílias	292 320,58 €				292 320,58 €	257 172,15 €
D4.1.4	Outras	254 623,10 €				254 623,10 €	199 305,00 €
D4.2	Subsídios Correntes	631 452,77 €				631 452,77 €	442 107,31 €
D5	Outras despesas correntes	36 148,08 €				36 148,08 €	52 884,76 €
DA02	Despesa de capital	5 412 387,45 €				5 412 387,45 €	2 588 439,13 €
D6	Aquisição de bens de capital	4 789 874,67 €				4 789 874,67 €	2 173 155,60 €
D7	Transferências e subsídios de capital	622 512,78 €				622 512,78 €	413 033,53 €
D7.1	Transferências de capital	622 512,78 €				622 512,78 €	413 033,53 €
D7.1.1	Administrações Públicas	469 752,78 €				469 752,78 €	265 263,54 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português						
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades						
D7.1.1.3	Segurança Social						
D7.1.1.4	Administração Regional						
D7.1.1.5	Administração Local	469 752,78 €				469 752,78 €	265 263,54 €
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	132 760,00 €				132 760,00 €	127 769,99 €
D7.1.3	Famílias						
D7.1.4	Outras	20 000,00 €				20 000,00 €	20 000,00 €
D7.2	Subsídios de capital						
D8	Outras despesas de capital						2 250,00 €
DA03	Despesa efetiva [5]	19 806 439,07 €				19 806 439,07 €	16 007 807,69 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	203 366,64 €				203 366,64 €	192 816,26 €
D9	Despesa com ativos financeiros						
D10	Despesa com passivos financeiros	203 366,64 €				203 366,64 €	192 816,26 €
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	20 009 805,71 €				20 009 805,71 €	16 200 623,95 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]				57 485,99 €	57 485,99 €	68 814,67 €
DA06	Saldo para a gerência seguinte	-976 968,30 €	5 792 582,42 €		562 164,85 €	5 377 778,97 €	5 577 829,75 €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	-976 968,30 €	5 792 582,42 €			4 815 614,12 €	5 137 014,37 €
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]				562 164,85 €	562 164,85 €	440 815,38 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	-1 116 161,65 €	998 128,04 €			-118 033,61 €	2 118 412,88 €
DA10	Despesa primária	19 766 444,70 €				19 766 444,70 €	15 896 335,70 €
DA11	Saldo corrente	1 054 126,01 €	2 344,98 €			1 056 470,99 €	1 096 977,32 €
DA12	Saldo de capital	-2 228 115,30 €	995 783,06 €			-1 232 332,24 €	1 015 953,91 €
DA13	Saldo primário	-1 076 167,28 €	998 128,04 €			-78 039,24 €	2 229 884,87 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	19 032 837,41 €	5 792 582,42 €			24 825 419,83 €	21 337 638,32 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	20 009 805,71 €				20 009 805,71 €	16 200 623,95 €

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

CÂMARA MUNICIPAL
VINHAISResíduos do
Nordeste

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: Blue ink signature.
 - Middle right: Black ink signature.
 - Bottom right: Black ink signature with date "8-2-2025".

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas

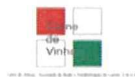
LIQUIDAÇÕES				OBRIGAÇÕES			
Rubrica		2025	2024	Rubrica		2025	2024
	Receita corrente	178 853,85	161 515,80		Despesa corrente	1 488 983,33	1 068 977,04
R1	Receita fiscal	-	-	D1	Despesas com o pessoal	131 248,48	129 676,30
R1.1	Impostos diretos	-	-	D1.1	Remunerações Certas e	59 108,16	59 020,91
R1.2	Impostos indiretos	-	-	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	753,04	534,66
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	D1.3	Segurança social	71 387,28	70 120,73
R3	Taxas, multas e outras penalidades	21 182,53	19 235,08	D2	Aquisição de bens e serviços	536 200,33	798 620,10
R4	Rendimentos de propriedade	-	-	D3	Juros e outros encargos	-	-
R5	Transferências e subsídios correntes	-	-	D4	Transferências e subsídios	816 669,39	137 739,83
R5.1	Transferências correntes	-	-	D4.1	Transferências correntes	816 419,39	131 915,88
R5.1.1	Administrações Públicas	-	-	D4.1.1	Administrações Públicas	790 940,79	119 271,88
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	D4.1.1.1	Administração Central - Estado	-	-
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	D4.1.1.2	Administração Central - Outras	-	-
R5.1.1.3	Segurança Social	-	-	D4.1.1.3	Segurança Social	-	-
R5.1.1.4	Administração Regional	-	-	D4.1.1.4	Administração Regional	-	-
R5.1.1.5	Administração Local	-	-	D4.1.1.5	Administração Local	790 940,79	119 271,88
R5.1.2	Exterior - U E	-	-	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	25 478,60	12 644,00
R5.1.3	Outras	-	-	D4.1.3	Famílias	-	-
R5.2	Subsídios correntes	-	-	D4.1.4	Outras	-	-
R6	Venda de bens e serviços	157 631,32	142 280,72	D4.2	Subsídios correntes	250,00	5 823,95
R7	Outras receitas correntes	40,00	-	D5	Outras despesas correntes	4 865,13	2 940,81
	Receita de capital	-	-		Despesa de capital	1 815 574,99	1 240 519,16
R8	Venda de bens de investimento	-	-	D6	Aquisição de bens de capital	1 791 537,40	1 236 337,01
R9	Transferências e subsídios de capital	-	-	D7	Transferências e subsídios de capital	24 037,59	4 182,15
R9.1	Transferências de capital	-	-	D7.1	Transferências de capital	-	-
R9.1.1	Administrações Públicas	-	-	D7.1.1	Administrações Públicas	24 037,59	4 182,15
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	D7.1.1.1	Administração Central - Estado	-	-
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	D7.1.1.2	Administração Central - Outras	-	-
R9.1.1.3	Segurança Social	-	-	D7.1.1.3	Segurança Social	-	-
R9.1.1.4	Administração Regional	-	-	D7.1.1.4	Administração Regional	-	-
R9.1.1.5	Administração Local	-	-	D7.1.1.5	Administração Local	-	4 182,15
R9.1.2	Exterior - U E	-	-	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	-	-
R9.1.3	Outras	-	-	D7.1.3	Famílias	-	-
R9.2	Subsídios de capital	-	-	D7.1.4	Outras	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	D7.2	Subsídios de capital	-	-
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	-	-	D8	Outras despesas de capital	-	-
	Receita efetiva [1]	178 853,85	161 515,80		Despesa efetiva [4]	3 304 558,32	2 309 496,20
	Receita não efetiva [2]	-	-		Despesa não efetiva [5]	-	-
R12	Receita com ativos financeiros	-	-	D9	Despesa com ativos financeiros	-	-
R13	Receita com passivos financeiros	-	-	D10	Despesa com passivos financeiros	-	-
	Receita total [3]=[1]+[2]	178 853,85	161 515,80		Despesa total [6]=[4]+[5]	3 304 558,32	2 309 496,20

~~Handwritten signature~~
Beato

Handwritten signature



CÂMARA MUNICIPAL
VINHAIS



Resíduos do
Nordeste

[Handwritten signatures and initials]
Duarte
y32012

Demonstrações Financeiras

1-2
green
After 2



CÂMARA MUNICIPAL
VINHAIS



Resíduos do
Nordeste

[Handwritten signatures and initials]
Joaquim
Agreste

1. Balanço



Balanco Consolidado				
Rúbricas	Notas	2025	2024	
ATIVO				
Ativo não corrente	5	42 466 295,10	40 351 488,43	
Ativos fixos tangíveis	3	41 840 038,39	39 717 793,62	
Ativos intangíveis		16 238,10	23 910,36	
Participações financeiras		600 670,18	600 436,02	
Outros ativos financeiros		7 471,80	7 471,80	
Clientes, contribuintes e utentes		1 876,63	1 876,63	
		-		
Ativo corrente		7 262 413,26	7 416 093,56	
Inventários	10	118 114,35	112 219,88	
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		229 691,87	271 629,26	
Clientes, contribuintes e utentes		406 049,72	387 034,04	
Estado e outros entes públicos		32 283,06	115 306,36	
Outras contas a receber		259 505,61	394 806,11	
Diferimentos		79 666,16	65 926,34	
Caixa e depósitos		6 137 102,50	6 069 171,57	
Total Ativo		49 728 708,36	47 767 581,99	
		-		
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
		-		
Património Líquido		44 293 520,01	43 022 771,03	
Património/Capital		23 661 492,86	23 661 492,86	
Reservas		3 162 642,11	3 151 444,90	
Resultados transitados	-	12 546 510,31	-	10 866 756,29
Outras variações no património líquido		31 203 467,58	28 359 287,68	
Resultado líquido do período	-	1 187 572,24	-	1 282 698,12
Total Património Líquido		44 293 520,01	43 022 771,03	
		-		
PASSIVO				
		-		
Passivo não corrente		2 112 439,17	1 861 375,52	
Provisões		105 141,02	105 870,76	
Financiamentos obtidos	7	939 406,26	990 087,05	
Diferimentos		398 384,63	238 228,42	
Outras contas a pagar		669 507,26	527 189,29	
		-		
Passivo corrente		3 322 749,19	2883,435,44	
Fornecedores		349 121,13	250 316,29	
Adiantamento de clientes		-	51 719,30	
Estado e outros entes públicos		278 174,76	217 548,65	
Financiamentos obtidos	7	723 665,86	737 025,56	
Fornecedores de investimentos		10 734,07	31 838,08	
Outras contas a pagar		1 221 260,22	1 121 601,11	
Diferimentos		669 932,09	364 231,85	
Outros passivos financeiros		69 861,07	109 154,61	
Diferenças de consolidação (se positiva)		-		
Total Passivo		5 435 188,36	4 744 810,97	
Total Património Líquido e Passivo		49 728 708,36	47 767 581,99	

Handwritten signatures and the word "Balanço" in blue.



CÂMARA MUNICIPAL
VINHAIS



O balanço consolidado representa a situação financeira do grupo municipal a data de encerramento do exercício no ano de 2025. O balanço é composto pelo ativo e pelo património líquido e passivo, que totalizaram 49.728.708,36€ como se pode verificar no quadro anterior.

Em relação ao ativo corrente destaca-se a caixa e depósitos com um montante de 6.137.102,50 €.

Observa-se ainda que no ativo não corrente se destacam os ativos fixos tangíveis com um valor de 41.840.038,39 €.

Em relação ao passivo registou-se no final do ano de 2025 o valor de 5.435.188,36€, o qual resulta essencialmente de financiamentos obtidos e outras contas a pagar.

O património líquido ascende a 44.293.520,01€, verificando-se um aumento em relação ao ano de 2024 no valor de 1.270.748,98€.



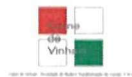
CÂMARA MUNICIPAL
VINHAIS



Resíduos do
Nordeste

[Handwritten signatures and initials]

2. Demonstração de Resultados

CÂMARA MUNICIPAL
VINHAÍSResíduos do
Nordeste

Handwritten signatures and initials in blue and black ink.

Demonstração de Resultados Consolidada		Notas	Valores em €	
Código das contas SNC-AP			2025	2024
70	Impostos, contribuições e taxas	14	938 415,73	849 425,48
71	Vendas	13	1 840,33	1 393,45
72	Prestações de serviços e concessões	13	2 737 541,71	2 463 433,08
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	14	14 502 749,99	13 484 100,36
	Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-84 433,46	0,00
74	Variação nos inventários da produção		-212,04	2 279,16
61	Trabalhos para a própria entidade		786 785,28	237 969,41
62	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-181 372,19	-202 168,38
63	Fornecimentos e serviços externos		-7 085 010,37	-6 275 857,84
60(exceto 603)	Gastos com pessoal		-6 505 116,23	-6 011 791,95
603	Transferências e subsídios concedidos		-4 224 316,39	-3 821 337,50
651-7621	Prestações sociais		-11 453,53	-14 251,31
	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-222 365,94	-8 592,56
78(exceto 782 e 785)	Aumentos/reduções de justo valor	15	400,93	678,55
68(exceto 682 e 685)+6591+6599-76291-76299	Outros rendimentos		1 378 820,79	1 230 321,50
	Outros gastos		-142 757,41	-136 214,22
	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		1 889 517,19	1 799 387,23
64-761				
	Gastos/reversões de depreciação e amortização		-3 022 753,33	-3 026 551,94
	Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-1 133 236,14	-1 227 164,71
782+790+791+7922+793+799				
682+6910+6911+6912+6913+6918+692+698	Juros e rendimentos similares obtidos	7	4 705,92	8 030,07
	Juros e gastos similares suportados		-43 956,71	-59 998,81
	Resultado antes de impostos		-1 172 486,92	-1 279 133,45
	Imposto sobre o rendimento do período		-15 085,32	-3 564,67
	Resultado líquido do período		-1 187 572,24	-1 282 698,12

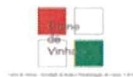
Demonstração de resultados

Avaliada a demonstração de resultados consolidada verifica-se que o grupo teve um resultado líquido negativo no montante de 1.187.572,24€. O que significa que os rendimentos não foram suficientes para cobrir os gastos.

O resultado líquido negativo foi inferior em relação ao ano de 2024, no montante de 95.125,88€.



CÂMARA MUNICIPAL
VINHAIS



Resíduos do
Nordeste

[Handwritten signatures and initials]
De Freitas
gestor

3. Demonstração das Alterações no Património Líquido



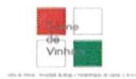
CÂMARA MUNICIPAL
VINHAIS



Resíduos do
Nordeste

[Handwritten signatures and initials]

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO												
Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL
Posição no início do período (1)		23 661 493,86 €				2 743 421,29 €	-11 000 624,01 €			27 933 591,06 €	-1 270 335,92 €	42 067 546,28 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)							-36 039,61 €			3 151 368,11 €		3 115 328,50 €
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização												
Excedentes de revalorização e respetivas variações												
Transferências e subsídios de capital										3 151 368,11 €		3 151 368,11 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido												
Correção de erros materiais							-36 039,61 €					-36 039,61 €
Resultado Líquido do Período (3)											-1 149 019,15 €	-1 149 019,15 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)											-1 149 019,15 €	1 966 309,35 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)							-1 620 486,50 €			-246 452,23 €	1 270 335,92 €	-596 602,81 €
Realizações de capital/património												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações							-1 620 486,50 €			-246 452,23 €	1 270 335,92 €	-596 602,81 €
Subscrições de prémios de emissão												
Posição no fim do período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		23 661 493,86 €				2 743 421,29 €	-12 657 150,12 €			30 838 506,94 €	-1 149 019,15 €	43 437 252,82 €



18
C
f
A
—
A
Oufreiss
1822

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Handwritten signatures and initials:
FAP
De Freitas
yzeiro

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada			Valores em €
Rubricas	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 390 768,24 €	1 066 483,57 €
Recebimentos de contribuintes		1 080 520,28 €	1 088 221,06 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		13 155 529,77 €	12 375 270,06 €
Recebimentos de utentes		108 036,97 €	93 032,34 €
Pagamentos a fornecedores		-5 533 297,27 €	-4 772 874,14 €
Pagamentos ao pessoal		-6 315 838,57 €	-5 972 806,64 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 319 672,92 €	-2 440 163,86 €
Pagamentos de prestações sociais		-11 303,53 €	-14 042,31 €
Caixa gerada pelas operações		1 554 742,98 €	1 423 120,09 €
Outros recebimentos/pagamentos		24 019,23 €	214 877,68 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		1 578 762,21 €	1 637 997,77 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-4 817 196,40 €	-2 273 057,57 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-1 511,64 €	0,00 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:		0,00 €	
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		1 134,42 €	0,00 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		384 087,90 €	388 290,76 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento		27 747,75 €	18 198,59 €
Recebimentos - Transferências de capital		3 156 281,48 €	2 528 589,82 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-1 249 456,49 €	662 021,59 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		658,78 €	7 947,15 €
Pagamentos respeitantes a:		0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-212 295,14 €	-201 655,50 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-33 091,53 €	-101 317,53 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-244 727,89 €	-295 025,88 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		84 577,82 €	2 004 993,48 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		6 064 203,55 €	4 078 565,11 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		6 148 781,33 €	6 102 427,15 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		5 577 829,75 €	3 680 963,04 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		5 577 829,75 €	3 680 963,04 €
SGA De execução orçamental		5 137 014,37 €	3 211 417,75 €
SGA De operações de tesouraria		440 815,38 €	469 545,29 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		5 377 778,97 €	5 577 829,75 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		5 377 778,97 €	5 577 829,75 €
SGS De execução orçamental		4 815 614,12 €	5 137 014,37 €
SGS De operações de tesouraria		562 164,85 €	440 815,38 €

4



CÂMARA MUNICIPAL
VINHAIS



[Handwritten signatures and text]
Outros
Assento

5. Anexo às demonstrações financeiras

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

De acordo com o artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, 13 de setembro, com as devidas alterações, o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde a poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

De acordo com as participações do Município de Vinhais, podemos definir as entidades incluídas e excluídas do perímetro de consolidação, que de seguida se identificam:

a) Entidades incluídas no perímetro de consolidação:

a.1) Designação da entidade: Município de Vinhais

Sede: Paços do Concelho, Rua das Freiras, nº 13, 5320-326 Vinhais.

Pessoas ao serviço em 31/12/2025: 238

a.2.) Designação da entidade: PRORURIS Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, E.M.

Sede: Rua Dr. Álvaro Leite – Vinhais

Pessoas ao serviço em 31/12/2025: 33

a.3) Designação da entidade: Carnes de Vinhais – sociedade de abate e transformação de carnes EM.SA.

Sede: Zona Industrial, Lote 18, 5320-338 – Vinhais

Pessoas ao serviço em 31/12/2025: 10

a.4) Designação da entidade: Resíduos do Nordeste EIM, S.A.

Sede: Rua Fundação Calouste Gulbenkian — 5370-340 Mirandela

Pessoas ao serviço em 31/12/2025: 12

- Motivos da sua inclusão na consolidação com indicação:

O n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2016, de 3 de setembro, na sua versão atual, determina que “devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal”.

Relativamente às empresas municipais PRORURIS Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, E.M. e Carnes de Vinhais – sociedade de abate e transformação de carnes EM.SA. o Município

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top left of the page.



CÂMARA MUNICIPAL
VINHAIS



detém uma participação de 50.000,00 € no capital social, correspondendo a 100 % do capital social de ambas

A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., é uma empresa local, de natureza intermunicipal, sob a forma de sociedade anónima, nos termos dos artigos 271.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais, e artigo 19.º, n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto, com o NIPC 505542331, com o capital social e 50.000,00 €, participada pelos Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso e Vinhais e pela Associação de Municípios do Douro Superior. O Município de Vinhais, participa no capital da Resíduos na percentagem de 5,93%, a que corresponde uma participação de 2.966,00 €.

O número de trabalhadores das entidades incluídas no perímetro de consolidação a 31/12/2025 foi de 293.

b) Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Motivo de exclusão do perímetro de consolidação
Denominação	N.I.P.C.			
Águas do Norte - Grupo de Aguas de Portugal S.A.	505863901	SA	36001	Inexistência de controlo ou presunção de controlo, conforme previsto no n.º 4 e n.º 5 do artigo 75 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Laboratório Regional de Trás-os-Montes	503271985	SQ	36001	Inexistência de controlo ou presunção de controlo, conforme previsto no n.º 4 e n.º 5 do artigo 75 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	510957544	Comunidade Intermunicipal - Lei n.º 75/2013, de	84130	Entidade mãe ou consolidantes – Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro é entidades consolidantes, pelo que não integra o perímetro de consolidação do Município
Associação de Municípios do Nordeste Transmontano	504004522	AMFE - Associação de Municípios de Fins	3600194995 (Ver.3)	Entidade mãe ou consolidantes – Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro é entidades consolidantes, pelo que não integra o perímetro de consolidação do Município
Turismo de Porto e Norte de Portugal ER.	506477878	SQ	94995	Inexistência de controlo ou presunção de controlo, conforme previsto no n.º 4 e n.º 5 do artigo 75 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	AM	91333	Entidade mãe ou consolidantes – Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro é entidades consolidantes, pelo que não integra o perímetro de consolidação do Município
Associação de Nacional de Assembleias Municipais	513864202	ACR	64991	Inexistência de controlo ou presunção de controlo, conforme previsto no n.º 4 e n.º 5 do artigo 75 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e depósitos:

Desagregação de caixa e depósitos consolidado		
Período	01-01-2025 a 31-12-2025	Valores em €
Conta	2025	2024
Caixa	8 768,43	5 782,32
Depósitos à ordem	5 041 760,18	5 228 624,83
Depósitos a prazo	524 409,04	393 949,04
Depósitos de garantias/cauções e outros	562 164,85	440 815,38
Total de caixa e depósitos	6 137 102,50	6 069 171,57

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

2.1 - Base de Mensuração:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Município, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro e, de um modo geral, utilizando o custo histórico como base de mensuração. As demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

2.2 - Outras Políticas contabilísticas relevantes:

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, numa base de duodécimos, de acordo com as respetivas estimativas de vida útil.

Ativos intangíveis:

São inicialmente reconhecidos ao custo, o qual, no caso de aquisições separadas, compreende o preço de compra adicionado de quaisquer custos atribuíveis à preparação do ativo para o uso pretendido. Após o reconhecimento inicial, são mensurados com base no modelo de custo, o qual corresponde ao custo inicial

Handwritten signatures and initials in blue and black ink.



deduzido de depreciações (no caso de ativos intangíveis com vida útil finita) e perdas de imparidade acumuladas.

Depreciações e amortizações:

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, numa base de duodécimos, de acordo com as respetivas estimativas de vida útil.

Inventários:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, são mensuradas ao custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Regime do acréscimo:

Os gastos e os rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros crédito a receber e outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”

Nota 3 – Ativos intangíveis

Durante o ano de 2025, a quantia escriturada dos ativos intangíveis foi de 16.238,10€.

Nota 4 - Acordos de concessão de Serviços: Concedente

Os contratos de concessão que o grupo consolidado tinha a 31 de dezembro de 2025, enquanto concedente, encontram-se registados no quadro seguinte:

Acordos de concessão de serviços				
Concessionário	Obj. da Concessão	Data celebração do contrato	Período	Natureza
FDP	Distribuição de energia elétrica de baixa tensão	25 de junho de 2001	20 anos - renovável por igual período	D.L. n.º 344-B/82, de setembro



CÂMARA MUNICIPAL
VINHAIS



Resíduos do
Nordeste

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

De acordo com a divulgação na nota 2.2, os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzidos das correspondentes depreciações e perdas por imparidades acumuladas. As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes e regime de duodécimos com base nas vidas úteis. Durante o ano de 2025, a quantia escriturada dos ativos tangíveis foi de 41.840.038,39€.

Nota 6. Locações:

A locação é um acordo pelo qual o locador transfere para o locatário o direito de uso de um ativo durante um período de tempo acordado, em troca de um pagamento ou séries de pagamentos. No quadro seguinte expõe-se a locação financeira da Empresa Municipal Proruris.

Locação Financeira

N.º contrato	Bem locado	Locadora	Data início	Data fim	Valor contrato	Rendas pagas	Valor em Dívida
LSG20684920001	Viatura AE61FL	RCI Bank	12/12/2020	14/12/2025	24 900,00 €	24 900,00 €	- €

No ano de 2025 o município não teve locações financeiras ou operacionais.

Nota 7 – Custo de financiamentos obtidos:

Apresenta-se de seguida o movimento ocorrido na rubrica financiamentos obtidos:

Financiamentos Obtidos Consolidados		
Conta	2025	2024
Financiamento bancários		
Passivo corrente	723 665,86 €	737 025,56 €
Passivo não corrente	939 406,26 €	990 087,05 €
Total de financiamentos bancários	1 663 072,12 €	1 727 112,61 €

Nota 9 – Imparidade de ativos:

O valor global das dívidas de cobrança duvidosa em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço é de 140.226,06 euros, que dizem respeito a receitas provenientes de cobrança de água e outros.

Sendo o SNC-AP omissso neste ponto, procedeu-se conforme a nota explicativa do POCAL ou seja:

Para o valor das dívidas em mora há mais de 12 meses, excluindo dívidas do Sector Público, foi reconhecida imparidade no montante correspondente a 100% da dívida, e para o valor das dívidas em mora há mais de 6 meses foi reconhecida imparidade correspondente a 50% do valor da dívida.



Câmara Municipal
VINHAÍS



Resíduos do
Nordeste

Perdas por imparidade acumuladas	
Designação	Saldo Final
Perdas por imparidade acumuladas	140 226,06 €

Nota 10 – Inventários:

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado, evidencia-se o movimento de inventários no quadro seguinte:

Inventários - movimentos do período			
Ativo	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	118 114,35 €	0,00 €	118 114,35 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	118 114,35 €	0,00 €	118 114,35 €

Nota 13. Rendimento de transações com contraprestação

O objetivo desta norma é prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando principalmente a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económico futuros ou potencial de serviço e estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Uma transação com contraprestação é aquela em que a entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos e dá em troca à outra parte um valor aproximadamente igual. São exemplo a compra ou venda de bens e serviços.

Nota 14. Rendimento de transações sem contraprestação

Nas transações sem contraprestação, uma entidade ou recebe o valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. As transações subdividem-se em impostos e transferências que incluem as transferências e os subsídios correntes ou de capital.

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não foram constituídas provisões para diversos processos judiciais em curso, nomeadamente, interpostos por terceiros ao Município de Vinhais, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

Relativamente à empresa Municipal Proruris, EM., a empresa foi condenada pelo Tribunal Judicial da Comarca de Bragança – Juízo do Trabalho de Bragança, ao pagamento de uma quantia provisional de 156.557,35€, em consequência de uma ação intentada pelo autor, Carlos Daniel Fernandes Silva.

Nota 17 — Acontecimentos após a data de relato

Não há acontecimentos materialmente relevantes para divulgar.

Nota 20 – Divulgação de partes relacionadas:

Evidencia-se no quadro seguinte as participações do Município:

Entidades Participadas				
Designação da Entidade	Tipo de Entidade	NIPC	Capital Social	Participação
Proruris - Emp. Mun. Des. Rural	E.M. (Entidade consolidada)	507643720	50 000,00 €	100%
Carnes de Vinhais	E.M. SA (Entidade consolidada)	504168363	50 000,00 €	100%
Resíduos do Nordeste	E.I.M. SA (Entidade consolidada)	505542331	2 966,00 €	5,93%

Nota 23 – Outra divulgações:

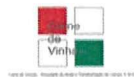
Garantias Bancárias:

O Município de Vinhais prestou no ano de 2008, uma garantia bancária, junto da instituição bancária Caixa Geral de Depósitos, a favor do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu no valor de € 65 440,10, para garantir o pagamento solicitado pelo IGFSE, referente a um pedido de financiamento inserido no programa poefds 05/03. Aguardando-se decisão do processo por parte do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela. O referido pagamento, tem plano aprovado, o qual está a ser cumprido, trimestralmente. Para além da garantia acima mencionada, foram prestadas junto da instituição bancária Caixa Geral de Depósitos, as seguintes garantias:

[Handwritten signatures and initials]



CÂMARA MUNICIPAL
VINHAÍS



Resíduos do
Nordeste

Produto	Dívida Total	N.º Garantia	Tipo garantia	Garantia
MLP Bonif. Sect Publ.	53 956,46 €	PT0035901500504659080002	Cons Rec - Mun	495 066,77 €
MLP Bonif. Sect Publ.	12 587,22 €	PT0035901500504659080002	Cons Rec - Mun	99 759,58 €

Nota final:

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a esta prestação de contas consolidada ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.



MUNICÍPIO DE VINHAIS

Telefone 273 770 300 • Rua das Freiras, 15 • 5320-326 Vinhais • geral@cm-vinhais.pt
Contribuinte nº 501 156 003

ANEXO

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Declaração de Responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência de 01 de Janeiro a 31 Dezembro do ano 2025 do Município de Vinhais declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas Consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos responsabilidade de que as mesmas, designadamente:

- a) Não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) Identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) Não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) Evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) Incluem os saldos de todas as contas bancárias nas instituições financeiras;
- f) Foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Assumimos ainda a responsabilidade de que, por aplicação dos princípios, normas e procedimentos acima referidos e segundo o nosso conhecimentos, as transações subjacentes;

- g) Respeitaram as normas da contratação pública aplicáveis;

01
h) Asseguraram o cumprimento pontual e tempestivo de todos os acordos e contratos com terceiros;

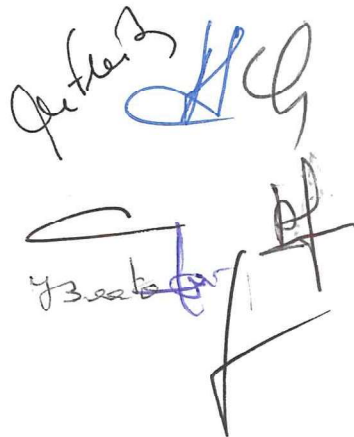
i) Respeitaram as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho e observaram as incompatibilidades e limitações previstas nesses diplomas, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais.

Os responsáveis subscritores:

António Jorge Pereira dos Santos Figueira

Marta Regina Martins

Os responsáveis que condicionaram a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:



RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Ex.^{mos} Membros da Assembleia Municipal de Vinhais

Ex.^{mos} Senhores Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Vinhais

Ex.^{mos} Senhores,

INTRODUÇÃO

1. De acordo com o preceituado na alínea e) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas o Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas, relativo ao exercício findo em **31 de dezembro de 2025**.

ÂMBITO

2. No âmbito das atribuições estipuladas no referido preceito, relativas aos documentos de prestação de contas consolidadas do exercício:
 - 2.1. Acompanhámos a atividade do Município, tendo recebido do Órgão Executivo e dos responsáveis pela gestão e controlo financeiro da atividade municipal as informações e esclarecimentos solicitados;
 - 2.2. Verificámos a regularidade dos livros e registos contabilísticos neles constantes e a adequabilidade e conformidade dos documentos que lhes serviram de suporte;
 - 2.3. Verificámos o cumprimento das disposições legais aplicáveis à atividade do Município, com especial destaque para a Lei n.º 8/2012 e a Lei n.º 73/2013;
 - 2.4. Efetuámos os procedimentos conducentes à obtenção da prova sobre a titularidade dos bens e valores do Município, assim como dos valores sob a sua custódia;
 - 2.5. Verificámos a conformidade dos critérios valorimétricos que serviram de base à mensuração dos diferentes elementos do ativo, passivo, gastos e rendimentos com as divulgações feitas no anexo às demonstrações financeiras consolidadas;
 - 2.6. Confirmámos que o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas foram preparados de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, constantes do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), à exceção das anotações constantes da certificação legal das contas consolidadas;



Fernando Peixinho & Associado - SROC, Lda.



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

2.7. É nossa convicção que os documentos que integram a prestação de contas consolidadas traduzem, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, à data do encerramento das contas consolidadas, sob a condição das limitações e ou desacordos expressos na certificação legal das contas consolidadas;

2.8. É nossa opinião que o relatório de gestão consolidado está em conformidade com as demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações orçamentais consolidadas.

PARECER

3. Face ao anteriormente exposto somos de parecer favorável que a Assembleia Municipal, enquanto Órgão Deliberativo, proceda à apreciação do relatório de gestão consolidado e demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício de 2025, e ainda das demonstrações orçamentais consolidadas, com as ênfases constantes da certificação legal das contas consolidadas.

Bragança, 15 de junho de 2026

Assinado por: **Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues**

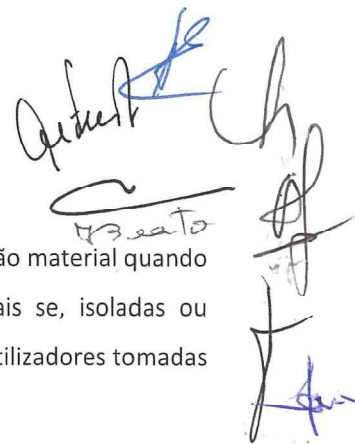
Num. de Identificação: 05784261

Data: 2026.06.15 19:05:56+01'00'



CHAVE MÓVEL

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC nº 1047, registado na CMVM com o n.º 2016-0660 em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & Associado, Lda registada na CMVM com o n.º 2016-1419



garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 24.825.419,83 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 20.009.805,71 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Bragança, 15 de junho de 2026

Assinado por: **Fernando José Peixinho de Araújo**

Rodrigues

Num. de Identificação: 05784261

Data: 2026.06.15 19:04:42+01'00'



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC nº 1047, registado na CMVM com o n.º 2016-0660 em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & Associado, Lda registada na CMVM com o n.º 2016-1419



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Vinhais**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025 que evidencia um total de 49.728.708 euros e um total de fundos próprio consolidados de 44.293.520 euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo de 1.187.572 euros, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para opinião com reservas” as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Vinhais** em **31 de dezembro de 2025**, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com Reservas

Conforme temos vindo a referir em relatórios anteriores o Município ainda não procedeu à inventariação e valorização dos bens do domínio público edificados anteriormente a 2003. Por não ser possível estimar o seu valor, apesar de estarmos convictos do seu efeito materialmente relevante na relevação dos ativos do Município, encontramos-nos limitados quanto à formação da nossa opinião sobre o valor desses ativos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

O facto de estarmos a viver uma fase de grande instabilidade provocada pelas guerras e, mais recentemente pela guerra contra o Irão, que fez de imediato disparar os preços dos fatores energéticos, com repercussão nos custos de todas as cadeias de abastecimento,, a que se associam alterações profundas na geopolítica mundial, conjugadas com a introdução de tarifas aduaneiras pelas principais economias do mundo, está a ter impactos depressivos no comércio internacional, a que acrescem níveis de incerteza e instabilidade quanto à evolução dos preços, à disponibilidade dos bens e ao crescimento das taxas de juro, o que, naturalmente, impacta na evolução e no crescimento da economia mundial.

Tal circunstância está a ter um impacto negativo na estrutura económico-financeira dos países, das famílias e das empresas, não sendo, no entanto, possível prever o impacto nas demonstrações financeiras do Município para o ano em curso.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma